



**COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA,
DESCENTRALIZAÇÃO E PODER LOCAL**

ATA NÚMERO 63/XIV/ 2.^a SL

Aos 27 dias do mês de janeiro de 2021, pelas 15:00 horas, reuniu a Comissão de Administração Pública, Modernização Administrativa, Descentralização e Poder Local, na sala 10 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

[Formato misto (presencial + videoconferência)]

Audiência com o Bastonário da Ordem dos Psicólogos no âmbito da Petição n.º 142/XIV/2.^a, da iniciativa de André Filipe Rodrigues Pedro Ferreira - Pelo acesso à Carreira Especial de Técnico Superior de Saúde - Ramo Psicologia Clínica

O Senhor Deputado Moisés Ferreira (BE), que presidiu à audiência, começou por dar as boas-vindas ao Bastonário da Ordem dos Psicólogos, Dr. Francisco Miranda Rodrigues, explicou a metodologia adotada e deu-lhe a palavra para uma intervenção inicial de dez minutos.

O Bastonário da Ordem dos Psicólogos, Dr. Francisco Miranda Rodrigues, referiu estar em causa um assunto que a Ordem tem vindo a acompanhar há alguns anos não só porque se cruza com as especialidades da Ordem mas também porque se tornou entretanto um obstáculo relativamente à concretização de mais contratações para o serviço nacional de saúde, particularmente para os agrupamentos de centros de saúde (ACES) e, portanto, para os cuidados de saúde primários.

Há uma dificuldade de acesso que agora se torna gritante devido à situação pandémica que vivemos. Os psicólogos e psicólogas que o país formou durante vários anos não têm muitas oportunidades de darem o seu contributo no serviço nacional de saúde (SNS). Estão em causa cerca de 1000 profissionais de três grandes grupos: os que transitaram do Instituto da Droga e da Toxicodependência, os que estão nos centros de saúde e os que estão nos centros hospitalares. Ainda assim, tem sido nos



COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA, DESCENTRALIZAÇÃO E PODER LOCAL

ATA NÚMERO 63/XIV/ 2.ª SL

centros hospitalares que tem sido possível assistir amiúde a contratações de psicólogos.

Em 2018 abriu um concurso para 40 psicólogos para acesso ao estágio de carreira (três anos) e que lhes permitirá adquirir o grau de especialista, o qual é condição para depois serem admitidos na carreira especial de técnico superior de saúde, ramo de psicologia. Isso significa que terão de esperar por outro concurso para ingressarem na referida carreira. Uma das razões que faz com que este concurso demore tanto tempo tem a ver com o facto de terem concorrido cerca de 3000 psicólogos, de terem sido admitidos pouco menos do que isso, os quais terão de passar por uma entrevista.

O que a Ordem propõe desde há muito tempo é que se resolva esta situação. Uma solução possível passaria pela revisão da carreira atualmente existente, com duas vias de acesso. Por outro lado, poderia, no imediato, ser resolvida por via da equiparação. Essa medida iria permitir a imediata contratação de profissionais, sendo certo que existem em Portugal 4988 especialistas em Psicologia Clínica e da Saúde, títulos atribuídos pela Ordem.

Isto seria aplicável aos que já estão no SNS e que poderiam ser técnicos superiores de saúde. É algo relativamente simples mas parece caricato que o Decreto-Lei n.º 501/99, de 19 de novembro, no artigo 5.º - pontos 4 e 5 – refira que “*Mediante portaria do Ministro da Saúde e do membro do Governo que tiver a seu cargo a Administração Pública, podem ser reconhecidos como equivalentes à formação pré-carreira prevista no número anterior cursos de especialização e de pós-licenciatura adequados e que aos indivíduos possuidores de um dos cursos a que se refere o número anterior é atribuído o grau de especialista.*”

Lembrou que quer o Governo quer o Parlamento têm conhecimento daquela situação, mas ainda não houve vontade política suficiente para que o assunto seja resolvido e fez um apelo aos Deputados presentes para que, mediante uma ação concreta, se consiga ultrapassar a situação.



COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA, DESCENTRALIZAÇÃO E PODER LOCAL

ATA NÚMERO 63/XIV/ 2.ª SL

É facto que faltam psicólogos nos centros de saúde, mas mesmo em Lisboa há psicólogos clínicos e da saúde com o título reconhecido pela Ordem impedidos de realizarem consultas nos centros de saúde porque não são técnicos superiores de saúde, mas apenas técnicos superiores.

A Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS) cumprimentou os Deputados presentes bem como o Bastonário da Ordem dos Psicólogos. Reforçou a importância dos psicólogos clínicos, que considerou terem um papel fundamental no momento presente.

A respeito do parecer remetido pela Ordem dos Psicólogos bem como sobre o conteúdo da petição n.º 142/XIV/2.ª, referiu que o Ministério da Modernização do Estado e da Administração Pública, com o Decreto-Lei n.º 4/2021, de 18 de janeiro, alargou a ADSE aos titulares de contratos individuais de trabalho.

Já a morosidade dos processos de contratação não pode merecer senão a total concordância do GP do PS porque os procedimentos da contratação na Administração Pública são muito pesados e morosos. Acrescentou que sempre que se pretende levantar a questão de os aligeirar, surge uma onda no sentido de que, com isso, poderão estar a retirar-se direitos dos trabalhadores e não é isso que está em causa.

Solicitou um comentário sobre a obrigatoriedade dos três anos de estágio bem como a cópia da carta remetida à Ministra da Modernização do Estado e da Administração Pública em maio de 2019 e uma análise sobre o Decreto-Lei n.º 4/2021, de 18 de janeiro.

A Senhora Deputada Márcia Passos (PSD) começou por cumprimentar o requerente da audiência. Disse que o GP do PSD está a acompanhar com muita atenção a petição entregue na Assembleia da República e sobre a qual a Ordem dos Psicólogos se pronunciou remetendo um parecer.

As dificuldades demonstradas no acesso à profissão merecem não só uma reflexão como medidas concretas, assertivas e rápidas porque não há mais tempo para perdermos tempo.

Manifestou total repúdio pelo lapso de tempo decorrido desde 2018 para contratar 40 psicólogos que, se era um número pequeno no passado, torna-se mais escasso nas



COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA, DESCENTRALIZAÇÃO E PODER LOCAL

ATA NÚMERO 63/XIV/ 2.ª SL

circunstâncias atuais. Se era urgente no passado hoje é urgentíssimo. Quis saber em que fase está o concurso e o que falta para que termine.

Considera surpreendente que o Ministério da Saúde e o Ministério da Modernização do Estado e da Administração Pública não reconheçam, apesar de a Ordem o reconhecer, um título de especialista aos seus profissionais, e que se queiram sobrepôr à própria Ordem.

Quis saber que negociações existem e que respostas foram dadas pelo Governo.

Finalmente, disse que lamentava que os psicólogos não possam dar consultas nos centros de saúde, as quais são muito importantes para os portugueses devido aos tempos que vivemos.

O Senhor Deputado Moisés Ferreira (BE) reiterou o que tinha dito noutra audição que teve lugar na semana passada, em sede de Comissão Eventual para o acompanhamento da aplicação das medidas de resposta à pandemia da doença COVID-19 e do processo de recuperação económica e social, no sentido de que é entendimento do GP do BE que a pandemia que vivemos e que também se reflete na área da saúde tem muitas consequências, designadamente na área da saúde mental. A respeito da revisão da atual carreira, quis saber em que sentido deverá ir essa revisão e se da parte da tutela tem havido qualquer abertura.

Em resposta aos pedidos de esclarecimentos formulados, o Bastonário da Ordem dos Psicólogos referiu-se a uma situação verificada com os psicólogos no SNS: num aviso de contratação para psicólogo clínico, com exigências de elevadíssima especialização e competência, a retribuição base é de 1205€, quando um enfermeiro especialista em saúde mental, com menos requisitos, auferia 1411€.

A respeito do estágio da carreira, de três anos, em 2015, a Ordem esteve em conversações com o Ministério da Saúde sobre a necessidade da sua revisão, eventualmente para um período menor. A carreira que esteve em discussão pública – só faltou a aprovação em Conselho de Ministros - genericamente respondia a essa preocupação porque tinha duas vias de acesso e a Ordem referiu-o reiteradamente a diversos Executivos.



**COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA,
DESCENTRALIZAÇÃO E PODER LOCAL**

ATA NÚMERO 63/XIV/ 2.ª SL

Disse que enviaria a carta solicitada e considerou positivo o alargamento da ADSE, mas o que gostariam de ver fixado está relacionado com as tabelas regime livre, de que estão à espera há anos e que permita resolver de uma vez por todas a seguinte situação: se qualquer trabalhador da administração pública quiser ter consultas de psicologia, necessita da prescrição de um médico como se se tratasse de um Rx. A respeito do concurso, esclareceu que a previsão da sua conclusão aponta para outubro deste ano (2021) e que a Ordem nada tem a ver com a sua realização.

A final, o Senhor Deputado Moisés Ferreira (BE) solicitou que fosse remetida a carta pedida pela Deputada Alexandra Tavares de Moura bem como outra documentação citada e agradeceu o contributo da Ordem dos Psicólogos.

A reunião foi gravada em suporte [áudio](#), pelo que se dispensa o seu desenvolvimento nesta sede.

A reunião foi encerrada às 15:43 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 03 fevereiro 2021.

O DEPUTADO

(MOISÉS FERREIRA)



**COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA,
DESCENTRALIZAÇÃO E PODER LOCAL**

ATA NÚMERO 63/XIV/ 2.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ana Passos
António Gameiro
Carla Borges
Isaura Morais
João Azevedo
Jorge Paulo Oliveira
Márcia Passos
Maria Germana Rocha
Palmira Maciel
Paula Santos
Pedro Sousa
Alexandra Tavares de Moura
Jorge Salgueiro Mendes
Lina Lopes
Maria Gabriela Fonseca
Moisés Ferreira
Vera Braz